

O QUE É RACISMO?

Estudantes e profissionais de várias áreas em sua prática de formação e de trabalho, seja na área clínica, social, organizacional, de ensino, ou em qualquer outro campo profissional, provavelmente, terão que responder e atuar, em algum momento, sobre a questão: “Isso é racismo?” Sua atuação, entretanto, dependerá do modo como definam ou concebam o racismo. Por isso o racismo requer uma delimitação conceitual sistemática e coerente com os seus contextos de expressão (HOYT JR., 2012).

Podemos dizer que já existia racismo na Antiguidade Greco-Romana, embora este não fosse de base racial, pois não existiam divisões e hierarquias raciais naquela época; mas sim de base cultural, inferiorizando e biologizando a cultura dos escravos (SNOWDEN, 1983, 1995). Todavia, o surgimento do conceito de raça e, posteriormente, do racismo a ele associado, é tardio. No século XVI, a ideia de raça emerge na língua inglesa, com o objetivo de explicar a história da formação europeia (BANTON, 1991). Na segunda metade do século XIX, tal ideia é ressignificada, no contexto do colonialismo, para o uso que hoje conhecemos dela, ou seja, a hierarquização e inferiorização dos grupos humanos (MILES, 1989). Entretanto, é na década de 1930 que o termo

tem seu uso expandido para descrever e legitimar as perseguições e extermínios nazistas contra os judeus (FREDRICKSON, 2015).

Portanto, o fenômeno “racismo” é antigo e acompanha a história dos conflitos entre grupos humanos. Entretanto, o termo “racismo” foi definido pela primeira vez em 1902, no *Oxford English Dictionary*, para descrever a política norte americana contra os nativos americanos (BOWSER, 2017). Nas ciências sociais, a primeira publicação relacionada ocorreu em 1942 e foi o livro “*Race and Racism*” de Ruth Benedict. Mas, na primeira metade do século XX, o termo “racismo” ganha popularidade por duas razões fundamentais: a propaganda antissemita e a política eugenista empreendida na Alemanha. Na segunda metade do século XX, o termo vira objeto de análise de muitos trabalhos e em diversas perspectivas, graças aos movimentos pelos Direitos Civis nos EUA e os movimentos sociais na Europa (BROWSER, 2017).

A Enciclopédia Britânica define racismo, também chamado de “racialismo”, como qualquer ação, prática, ou crença que reflita uma visão de mundo baseada na noção de raças. Ou seja, uma ideologia que propõe que os seres humanos estão divididos e separados em entidades biológicas exclusivas chamadas “raças” e que existe um elo causal entre traços físicos geneticamente herdados e caracteres de personalidade, intelectuais e morais, fazendo com que uma determinada “raça” possa ser superior a outra.

Embora as classificações raciais sejam distinções antigas, fora de moda e já descartadas pela ciência biológica, há, ainda no século XXI, muitas pessoas, inclusive cientistas, que acreditam na existência de raças humanas, como constata Richeson e Sommers (2016, p. 441):

Apesar dos esforços para justificar a discriminação tomando por base a crença em diferenças biológicas entre as pessoas e grupos; a pesquisa científica identifica a raça como uma categoria social, em vez de biológica. De fato, estudos genéticos encontram muito mais diferenças dentro de grupos/categorias raciais tradicionalmente definidos do que entre eles (e.g., Zuckerman, 1990). No entanto, a concepção errônea da raça como realidade biológica persiste entre leigos e cientistas, incluindo psicólogos (Morning, 2011). Na verdade, pode até estar ressurgindo, especialmente nas ciências naturais e na medicina (Duster, 2005; Roberts, 2011)^{XIX}.

Pelo exposto, podemos perceber que definir racismo não é tarefa fácil e isenta de polêmicas. Para Hoyt Jr. (2012), o termo “racismo” talvez provoque mais confusão, consternação e conflito que termos complexos e polissêmicos

como “cultura” e “etnicidade”. Talvez porque o racismo seja tal qual um vírus mutante, que evolui em diferentes formas e em contextos diversos, tornando-se mais difícil de reconhecer e combater (DOVIDIO & GAERTNER, 1998; VALA & PEREIRA, 2012).

Hoyt Jr. (2012) propõe duas formas gerais de conceber o racismo. Primeiro uma noção operativa, que enfatiza o “ismo”, e define o racismo como uma doutrina, uma teoria, um sistema de crenças ou de atitudes, ou seja, um fenômeno cognitivo. Tal definição integra o conceito de racismo ao de preconceito racial. Noutra perspectiva, o racismo é mais que um conjunto de crenças ou representações sociais da diferença, ele é uma ação. Ação cometida contra suas vítimas e que pressupõe um sistema de acessos desiguais ao poder, pois permite ao perpetrador infringir prejuízo à vítima para promover e preservar *status* e privilégios do seu grupo (dominante) e a subordinação do grupo da vítima (dominado).

Considerar o racismo como uma doutrina, ou, por outro lado, como uma ação, tem impactos diversos e importantes sobre o que significamos como racismo ou como resistência a ele (antirracismo) (ver Caixa 11). Com efeito, se adotamos uma concepção do primeiro tipo, a visão mais cognitivista do racismo, então podemos falar de racismo dos negros contra os brancos, ou de racismo dos ciganos contra os não ciganos, ou seja, aquilo que se chama “racismo reverso”. Por outro lado, adotando a concepção do segundo tipo, racismo como uma ação para manter privilégios, não se pode falar de racismo da minoria contra a maioria, pois o racismo, neste caso, é algo que põe o preconceito em ação, numa lógica do tipo “P + P” (racismo = Preconceito + Poder), manifestando-se nas relações de dominação (HOYT JR., 2012)^{xx}, como fica ilustrado na imagem da senhora idosa e seus cães, na qual se vê que os dominantes criticam o racismo, mas não abrem mão dos privilégios de legitimação da dominação que ele garante ao seu grupo (ver Figura 9).

CAIXA 11
Racismo

É uma ideologia, incorporada em práticas ou encarnada em comportamentos, tornados implícitos enquanto “preconceitos” ou explícitos em atos de fala, discriminações e restrições de acesso (TAGUIEFF, 2001).

Figura 9: Imagem sobre racismo e controle social



(Extraída de <https://favim.com/image/288062/>)

Na psicologia social, ainda na década de 1970, Jones, já havia afirmado que o racismo resulta da transformação do preconceito racial e/ou do etnocentrismo através do exercício do poder de opressão de um grupo sobre o outro (JONES, 1972).

Assim, no primeiro caso, o racismo é concebido como um tipo de preconceito, como uma atitude; ao passo que, no segundo caso, o racismo é entendido como uma prática ou ação que visa a manutenção dos privilégios raciais. Taguieff (2001) integra essas duas perspectivas quando afirma que o racismo é uma ideologia, incorporada em práticas ou encarnada em comportamentos tornados implícitos enquanto “preconceitos” ou explícitos em atos de fala, discriminações e restrições de acesso.

Adotando a perspectiva que entende o racismo como preconceito racial, Pierre van den Berghe (1967) formula a definição mais influente na análise que a psicologia social faz sobre este tema. Para ele, o racismo pode ser concebido como um conjunto de crenças de que existem diferenças orgânicas entre os grupos humanos, diferenças geneticamente transmitidas que estão intrinsecamente associadas à presença ou à ausência de certas habilidades ou características socialmente relevantes, daí que tais diferenças sejam uma base legítima de distinções entre grupos socialmente definidos como “raças” (van den BERGHE, 1967). Lima e Vala (2004b) desenvolvem essa definição, afirmando que o racismo é uma hierarquização e inferiorização de determinados indivíduos e grupos que decorre da percepção de que diferenças físicas reais, como a cor da pele dos negros, ou imaginárias, como o nariz aquilino dos judeus, produzem uma determinação natural das habilidades sociais e culturais daqueles indivíduos e dos seus grupos de pertencimento.

O racismo é concebido como uma representação e também uma prática social que produz “uma configuração multidimensional de crenças, emoções e orientações comportamentais de discriminação relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado a partir da cor, sendo aquelas reacções suscitadas pela simples pertença desses indivíduos a esses grupos” (VALA, BRITO, & LOPES, 1999, p. 14). De acordo com esta definição, o racismo pode decorrer de qualquer diferença, seja física ou cultural, seja real ou imaginada, basta que as representações sociais construídas sobre o grupo alvo de racismo naturalizem as diferenças percebidas (LIMA, 2013; VALA, 2015).

Hoyt Jr. (2012) propõe uma definição que integra as duas perspectivas, a do racismo como preconceito e a do racismo como manutenção de privilégios por parte dos dominantes. Para este autor, assumir uma ou outra definição implica, no primeiro caso, achar que as minorias podem ser racistas ou, no segundo caso, achar que todo membro da maioria é racista, apenas porque faz parte do grupo privilegiado. No entanto, para ser racista é necessário: 1) acreditar na existência de raças; 2) considerar que uma raça é superior a outras; 3) produzir opressão contra alguém, numa relação interpessoal, porque ele(a) pertence a uma raça considerada inferior (opressão racista) e/ou 4) cometer uma opressão racista num plano institucional, cerceando direitos e acessos (ver Caixa 12).

CAIXA 12

Um racista é alguém que:

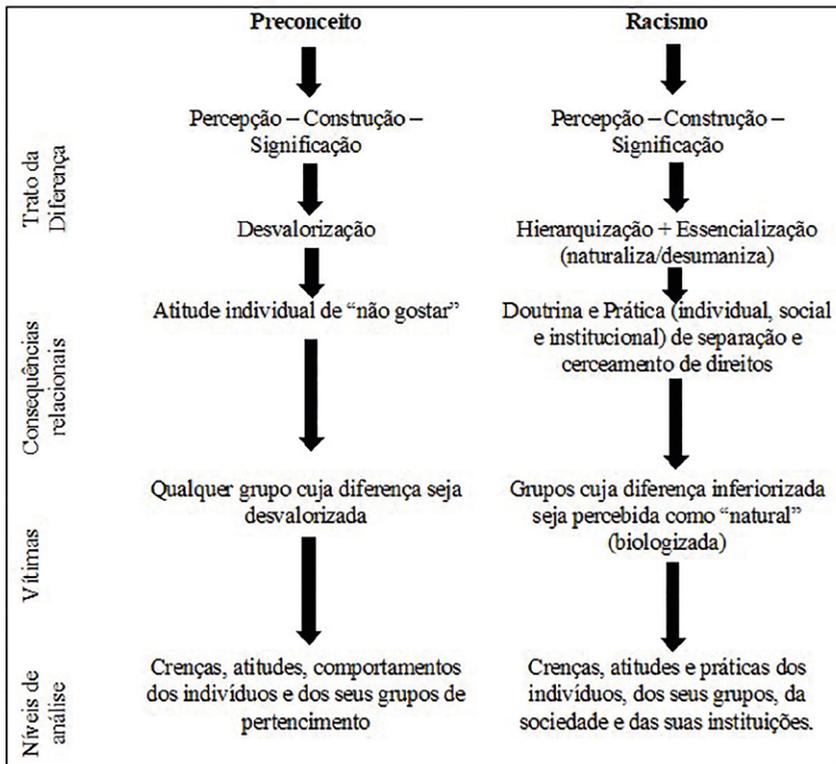
- 1) Acredita na existência de raças.
- 2) Acredita em hierarquias raciais.
- 3) Oprime alguém, numa relação interpessoal, porque acha que ele(a) pertence a uma raça inferior.
- 4) Oprime num plano institucional, cerceando direitos e acessos.

Há autores, como o sociólogo Donald Muir (1993), que afirmam que basta simplesmente acreditar que existem raças, mesmo sem conceber hierarquias entre elas, para ser racista. Nessa lógica, existiriam os não-racistas, aqueles que não percebem a eles próprios e aos outros em termos de categorias raciais; os “racistas-amáveis”^{XXI}, aqueles que acreditam na existência de diferenças raciais, mas também valorizam a tolerância; e, por fim, os “racistas-virulentos”, aqueles que buscam ativamente oprimir e prejudicar membros de grupos definidos como “raciais”. O racismo, para esse autor, seria como uma arma; enquanto os

“virulentos” a usam para ferir e dominar, os “amáveis” a querem engatilhada apenas para manter as classificações sociais e suas divisões associadas.

No Quadro 2, podemos ver que, enquanto fenômeno e, conseqüentemente, enquanto conceito, o racismo pode, por uma série de características, ser distinguido de preconceito. O racismo repousa sobre uma crença na distinção natural entre os grupos, ou melhor, envolve uma crença naturalizadora das diferenças entre as pessoas, pois se liga à ideia de que diferimos uns dos outros porque possuímos elementos essenciais que nos fazem diferir; sendo essa diferença definida por formas fixas e imutáveis (HIRSCHFELD, 1998). O preconceito, por sua vez, não implica na essencialização ou naturalização das diferenças. Outra diferença diz respeito ao fato de que, enquanto o preconceito pode existir apenas no nível individual, o racismo opera também nos níveis institucional e cultural (JONES, 1998). Isto porque o racismo engloba os processos de discriminação e de exclusão social (i.e., poder); enquanto o preconceito permanece normalmente como uma atitude (LIMA, 2013).

Quadro 2: Esquematização das diferenças e semelhanças nas formas de operação do preconceito e do racismo



A importância de articularmos os dois “Ps” que estruturam as noções de racismo se torna evidente quando destacamos as limitações das definições, sejam as psicologizantes ou sociologizantes, que enfatizam uma face em detrimento da outra. Adotando uma noção do racismo enquanto atitude que decorre de uma representação essencializada e ignora as relações de poder, podemos cair na crença da imanência e da a-historicidade do racismo, desconsiderando suas variantes culturais e dinâmicas de “mito legitimador” das desigualdades (ver caixa 13). Por outro lado, como nos alerta Allport (1954), adotando noções que focam estritamente o papel do racismo nas relações de poder, podemos perder de vista elementos fundamentais do fenômeno, tais como: por que não se manifesta da mesma forma contra todos os explorados; porque alguns grupos que foram alvo de racismo não foram historicamente explorados, a exemplo dos *Quakers* e dos Mórmons, nos Estados Unidos, e dos Judeus, na Alemanha; e porque brancos pobres, operários e agricultores, também explorados pelo sistema, geralmente não são definidos em termos raciais e inferiorizados por isto.

CAIXA 13

Racismo como mito legitimador

Na antropologia, a noção de mito está ligada a uma visão “falsificada” da realidade. No entanto, o mito é uma construção social, que expressa simbolicamente a realidade, transforma-a em metáfora, em uma forma explicativa transcendente. O mito tem elementos ideológicos, econômicos, comportamentais, culturais etc., que são elucidados em suas expressões. (Retirado de Dicionário básico de Antropología, acessível em <https://www.cpalsocial.org/documentos/776.pdf>).

Portanto, conceber o racismo como mito legitimador significa entendê-lo como uma forma de representação falseada da realidade que explica ao mesmo tempo que legitima e naturaliza a inferiorização dos grupos com base nas hierarquias raciais.

Para adotarmos uma perspectiva de articulação dos dois “Ps” que compõem o racismo, basta integrar à definição proposta abaixo os elementos de legitimação da dominação social que o racismo produz:

Um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna) (LIMA & VALA, 2004b, p. 402).

Agora que já dispomos de algumas noções do que seja racismo, de como se relaciona com o preconceito e de qual a sua função, podemos discutir como ele se manifesta e sob que roupagens.